

11 MAI 1996

Por que sofre a produção



**Políticas
industrial e de
comércio
exterior
modernas, sem
protecionismo**

A queda da produção industrial superior a 9%, apurada em março, é um número muito eloquente para não reclamar providências profundas e urgentes. A esse número somam-se outros, exigindo uma tomada de posição conjunta entre governo e agentes produtivos: maior estatística de falências e concordatas dos últimos 20 anos, maior taxa de desemprego da década, queda dos manufaturados na pauta de exportação. Não há nada de psicológico, ou mero estado de humor numa abordagem crescentemente negativa ou pessimista, verificada entre os brasileiros.

Pior. Por mau costume ou desinformação, não são poucas as vozes que atribuem à baixa taxa de inflação a causa dessas mazelas e do quadro de quase estagnação econômica. Não faltam as que vêm na valorização do real diante do dólar norte-americano e na abertura comercial, o satanás dos nossos sofrimentos. Isso só em parte é verdade. Embora se superinflação e fechamento comercial gerassem desenvolvimento, não teríamos amargado quase 12 anos de paralisia econômica entre 1982 e 1993.

A inflação baixa e a competição mais agressiva expõem mais francamente os verdadeiros problemas do produtor brasileiro, e que têm origem em três planos: acesso a mercado, financiamento e capacitação tecnológica. É possível visualizar que não haverá solução eficaz, sem uma forte interação entre os setores privado e público, na contramão da moda neoliberal dominante em Brasília e que precisa ser percebido, pela imitação que vastos círculos

empresariais fazem do discurso em voga no mundo rico.

Por rendição a esse discurso, enfrentamos as grandes transformações na economia desequipados de uma política industrial, agrícola, de atualização tecnológica e de reconversão industrial, e estrangulados nos fluxos de financiamento (basicamente por causa da ruína das finanças públicas). Obrigados a competir em escala mundial, vemos nosso mercado interno — arrochado no garrote vil da contenção de salários e do crédito — ser

perfurado por competidores externos, ao mesmo tempo em que, como regra, não temos as ferramentas para competir em outras praças.

Com inflação alta e comércio fechado, o sistema de preços internos não encontrava limites e as vendas apenas tinham que produzir um fluxo que permitisse o ganho financeiro. Expostos à realidade dos custos, nossos produtos têm um limite de preço imposto pela exposição à concorrência internacional, onde escala, sofisticação tecnológica e estrutura de financiamento fazem uma diferença mortal para o similar nacional. É desses males, de um modelo tributário pesado e antieconômico e, ainda, de mil mazelas oriundas de nossa agonizante infra-estrutura que sofre o setor produtivo.

Há um ponto de equilíbrio que precisa ser encontrado e um conjunto de providências a ser tomado. A começar com uma mudança de filosofia no eixo central do governo. Há um absurdo conformismo de que, com o combate à inflação e com a

"modernização" de nossa economia, será fatal uma "mudança" em nosso perfil produtivo (leia-se que muitas empresas fechem e despeçam gente). Isso, pensa-se em círculos muito poderosos de Brasília. Consequência do "modelo" e da prática neoliberal das vantagens comparativas. Cada um deve produzir aquilo em que é bom e competitivo em escala mundial, deixando para os outros a função de produzir aquilo em que não seja capaz de competir.

Como o controle da inflação deve mesmo ser uma conquista definitiva e a inserção na economia mundial uma exigência dos novos tempos e gesto de respeito aos consumidores, o ponto de equilíbrio deve ser buscado na comparação das condições e custos com que os concorrentes se apresentam no mercado brasileiro e mundial. No caso brasileiro, pelo menos três condicionantes devem ser considerados: o atraso tecnológico provocado por anos de protecionismo generalizado, a apreciação do câmbio para fins de estabilização e a conjuntura monetária ditada pelo combate à inflação.

Uma política industrial e de comércio exterior moderna deveria pôr em parceria os setores produtivo e público. Em vez do velho e indiscriminado protecionismo, mau para nós e atentatório dos tratados internacionais, farão um diagnóstico das condições atuais de competitividade, iniciando uma estratégia definitiva em substituição à urgente abertura que se impôs como resposta à explosão de consumo que se seguiu à estabilização do Plano Real.

Setor a setor, qual o estágio de atualidade tecnológica, a estrutura de custos reais e artificiais, digamos assim, dadas as especificidades brasileiras: custos de mão-de-obra, encargos tributários, custos financeiros e de transferência, preços de insumos e matérias-primas. Isso nos permitiria encontrar, de forma sistemática, quais são os

setores modernos e competitivos em escala global, para quem não haveria necessidade de proteção alguma, a não ser a equalização das outras condições desfrutadas pela concorrência na área do financiamento e dos custos indiretos, inclusive tributários.

Assim, teríamos condição de encontrar muitos setores em estágio intermediário de competitividade e que estão ameaçados de morrer ou morrendo à míngua de qualquer atenção das estruturas públicas brasileiras que parecem só ter olhos para os bancos. Não é tão absurda a idéia de uma parceria ativa entre setor público e iniciativa privada, mesmo entre os burocratas de Brasília. Não seria mais com a proteção indiscriminada nem com dinheiro público doado que se atacaria o problema. Mas toda uma ação dirigida de tratamento creditício, tributário, de assistência técnica e gerencial com prazos e metas certas de ganhos de competitividade, substituindo a atual estratégia suicida, onde só têm crédito e proteção as grandes e mais competitivas empresas.

Nada, entretanto, substituirá a necessidade de as reformas estruturais restaurem a capacidade de poupar e investir do Estado e da economia, recriando as bases do financiamento viável ao setor produtivo e desonerando a produção do insuportável ônus tributário que carrega e dos custos adicionais oriundos do colapso da infra-estrutura, além do prolongado e artificial câmbio valorizado. Como há um atraso absurdo no cronograma das reformas, é inadiável que essas outras providências se tomem já. Elas não dependem de emendas constitucionais ou barganhas políticas. É preciso querer fazer.

■ **Ciro Gomes foi ministro da Fazenda e governador do Ceará**